

Amin requer balanço do que União emprestou

O senador Esperidião Amin quer saber o valor de todos os financiamentos externos concedidos pela União a partir de 1993, nos termos da Resolução nº 50, do mesmo ano. Para obter as informações, o senador pediu ontem que a Mesa do Senado encaminhe requerimento ao ministro Pedro Malan, da Fazenda. Amin reclamou que o Senado não tem hoje como avaliar, conforme determina a resolução, se os recursos destinados ao financiamento das exportações estão sendo bem utilizados.

Página 6



Francelino Pereira (E) preside a reunião da comissão especial, que teve como relator Gilberto Miranda

Comissão aprova código de trânsito mais rigoroso

Penas para infratores, indenização das vítimas, educação dos usuários e normas de segurança estão previstas no novo texto

Rio autorizado a buscar financiamento no exterior

Senado concorda com substituição de parte da dívida interna da prefeitura

A prefeitura do Rio de Janeiro recebeu ontem autorização do Senado para lançar no mercado internacional 150 milhões de dólares em títulos com o objetivo de reduzir a dívida mobiliária do município. É a primeira que vez que uma prefeitura realizará uma operação desse tipo.

O plenário autorizou também o estado de São Paulo a rolar 98% do que

deve no mercado mobiliário neste semestre; para o estado do Rio Grande do Sul a rolagem autorizada, no mesmo período, foi de 100%.

Os senadores aprovaram ainda projeto que disciplina a profissão de Técnico em Turismo, de nível superior, mas quem está na atividade há cinco anos pode obter o registro profissional. **Página 7**

O substitutivo apresentado pelo senador Gilberto Miranda ao projeto do Código de Trânsito Brasileiro foi aprovado ontem por comissão especial do Senado presidida pelo senador Francelino Pereira. A proposta prevê para os infratores penas privativas da liberdade (detenção), prestação de serviços à comunidade e multas reparatórias.

O texto aprovado inclui normas sobre educação de trânsito e regras para a segurança dos veículos, como a obrigatoriedade de utilização de *air-bag* e equipamentos de primeiros socorros. A proposta será agora votada pelo plenário. **Páginas 4 e 5**

ACM quer evitar demissões em bancos socorridos

Página 3

Amorim propõe comissão para Serra Pelada

A criação de uma comissão especial do Senado para avaliar a situação dos garimpeiros em litígio na região de Serra Pelada, no Pará, foi proposta ontem pelo senador Ernandes Amorim. Ele quer evitar um conflito armado. **Página 3**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside sessão não deliberativa do Senado
10h - Despachos internos.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE PAUTA PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (18.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 124/92, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexecutável, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagrat, a dívida oriunda do crédito rural; e *PLC nº 54/93, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas.

Quarta-feira (19.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 1/96, que flexibiliza o monopólio estatal do resseguro (votação em segundo turno); *PEC nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, que disciplinam o uso do instituto da medida provisória; *PEC nº 12/95, que acrescenta inciso X ao art. 30 da Constituição, que trata da desapropriação de imóveis para fins de urbanização, por interesse social; *PEC nº 17/95, que altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal, que determina o direcionamento da investigação criminal ao Ministério Público; *PEC nº 18/95, que acrescenta parágrafo 13 ao art. 14 da Constituição Federal, que coíbe os abusos e a influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais; *PEC nº 28/95, que revoga o inciso IX do art. 235 da Constituição Federal, objetivando suprimir os obstáculos à plena realização e consolidação das novas unidades federadas; *PEC nº 31/95, que altera dispositivos da Constituição Federal, remetendo à União a competência para prevenir e reprimir os crimes de extorsão mediante seqüestro; e *PEC nº 43/95, que altera o art. 46 da Constituição Federal objetivando que os presidentes da República que deixarem o governo venham a ser membros do Senado Federal (primeiro dia de discussão em primeiro turno.)

Quinta-feira (20.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nºs 1, 4, 11 e 20 e 65/95, que disciplinam o uso de medida provisória (segundo dia de discussão em primeiro turno); *PEC nº 12/95, que acrescenta inciso X ao art. 30 da Constituição Federal, que trata da desapropriação de imóveis para fins de urbanização, por interesse social; *PEC nº 17/95, que altera a redação do inciso VIII do art. 129 da Constituição Federal, que determina o direcionamento da investigação criminal ao Ministério Público; *PEC nº 18/95, que acrescenta parágrafo 13 ao art. 14 da Constituição Federal, que coíbe os abusos e a influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais; *PEC nº 28/95, que revoga o inciso IX do art. 235 da Constituição Federal, objetivando suprimir os obstáculos à plena realização e consolidação das novas unidades federadas; *PEC nº 31/95, que altera dispositivos da Constituição Federal, remetendo à União a competência para prevenir e reprimir os crimes de extorsão mediante seqüestro; *PEC nº 43/95, que altera o art. 46 da Constituição Federal objetivando que os presidentes da República que deixarem o governo venham a ser membros do Senado Federal (segundo dia de discussão em primeiro turno); e *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral (primeiro dia de discussão, em primeiro turno).

Sexta-feira (21.06.96)

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PEC nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95, que disciplinam o uso de medida provisória (terceiro dia de discussão em primeiro turno); *PEC nº 12/95, que acrescenta inciso X ao art. 30 da Constituição Federal, que trata da desapropriação de imóveis para fins de urbanização, por interesse social; *PEC nº 17/95, que altera a redação do inciso VII do art. 129 da Cons-

tituição Federal, que determina o direcionamento da investigação criminal ao Ministério Público; *PEC nº 18/95, que acrescenta parágrafo 13 ao art. 14 da Constituição Federal, que coíbe os abusos e a influência do poder econômico no financiamento das campanhas eleitorais; *PEC nº 28/95, que revoga o inciso IX do art. 235 da Constituição Federal, objetivando suprimir os obstáculos à plena realização e consolidação das novas unidades federadas; *PEC nº 31/95, que altera dispositivos da Constituição Federal, remetendo à União a competência para prevenir e reprimir os crimes de extorsão mediante seqüestro; *PEC nº 43/95, que altera o art. 46 da Constituição Federal objetivando que os presidentes da República que deixarem o governo venham a ser membros do Senado Federal (terceiro dia de discussão, em primeiro turno); e *PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral (segundo dia de discussão, em primeiro turno).

COMISSÕES

Segunda-feira (17.06.96)

14h - Comissão do Corredor Centro-Leste

Pauta: Audiência pública em Cuiabá, com a presença do governador do estado, Dante de Oliveira. Sede da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

Terça-feira (18.06.96)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão e votação do parecer do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o governador do Estado do Espírito Santo, Vitor Buaiz, sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão do Corredor Centro-Leste

Pauta: A ser definida. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A ser definida. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão especial destinada a acompanhar a tragédia da Clínica Santa Genevêva

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (19.06.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; *PLS nº 33/95 (terminativo), que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 64/95, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e *PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão e votação do substitutivo do senador Wilson Kleinübing ao PLS nº 161/95 - Companhia Vale do Rio Doce. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.470/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (20.06.96)

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: A ser definida. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: A ser definida. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: A ser definida. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.



Antonio Carlos

ACM tenta proibir demissão em banco socorrido pelo Proer

Os bancos que receberam recursos do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro) poderão ser proibidos de efetuar demissões, a menos que as justifiquem com todos os motivos. Projeto de lei nesse sentido será apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), conforme ele anunciou ontem em plenário, ao criticar as dispensas anunciadas por essas instituições de crédito. "Não entendemos como isso pode ser possível", disse o senador, antecipando também seu propósito de apresentar emenda à medida provisória do Proer, quando ela for reeditada.

Sua idéia é a de propor a proibição de demissões imotivadas em bancos beneficiários do Proer durante dois anos, por entender que essas instituições não podem beneficiar-se de recursos públicos e posteriormente colocar empregados na rua. Para que, no curso desses dois anos, os bancos possam demitir, terão que justificar rigorosamente essas rescisões, assegurando o benefício de planos de saúde para todos os atingidos. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a iniciativa de Antonio Carlos Magalhães tem o apoio do Partido dos Trabalhadores.

Maldaner quer acabar com privilégios de fundos de pensão

Senador discorda da decisão da Câmara dos Deputados de rejeitar a paridade da contribuição da União com a dos servidores

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou ontem preocupante a decisão da Câmara dos Deputados de rejeitar a paridade da contribuição da União com a dos servidores para os fundos de pensão das estatais. Ele informou que o governo federal repassa hoje dois reais para cada real pago por funcionários de empresas como Banco do Brasil, Petrobras e Banespa. O dispositivo derrubado pelos deputados reduziria esse valor à

metade, estabelecendo a igualdade entre as contribuições.

- Para se ter uma idéia, só o Banco do Brasil repassa para o Previ - fundo de pensão dos seus funcionários - R\$ 1,2 bilhão por ano para uma contrapartida de R\$ 600 milhões dos segurados e beneficiários. Não é justo que privilegiemos pequenos grupos em detrimento de toda uma população



Maldaner

carente de assistência médica - afirmou.

Segundo Casildo Maldaner, o Senado precisa ter coragem para analisar a questão, a fim de evitar a discriminação de grande parte da população. O senador sugeriu que o governo direcione para a saúde pública os recursos economizados.

Amorim sugere comissão para impedir novo conflito no Pará

O senador **E r n a n d e s A m o r i m** (PMDB-RO) apresentou ontem requerimento propondo a criação de uma comissão especial do Senado



Ernandes Amorim

destinada a apurar com urgência a situação dos garimpeiros de Serra Pelada, no Pará. A comissão, se aprovada, deverá ir ao garimpo e, depois, apresentar um relatório a ser encaminhado ao presidente da República, com idéias para a solução da crise na região.

Amorim disse que há risco de um conflito armado no garimpo, a

exemplo do ocorrido com trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás, e afirmou que as semelhanças entre as duas situações estão no grande número de famílias passando fome, nos milhares de trabalhadores sem ocupação e no estado de desespero dos garimpeiros.

DEMARCAÇÃO

Segundo o senador, até agora não foram definitivamente demarcadas as áreas da Companhia Vale do Rio Doce e dos garimpeiros. Ele sugeriu que os trabalhos demarcatórios sejam realizados

pelo Serviço Cartográfico do Exército, com o acompanhamento de representantes dos interessados.

Ernandes Amorim defendeu também a reabertura do garimpo aos garimpeiros, e o direito de eles escolherem seus parceiros para a exploração do metal, se verificada a impossibilidade de garimpagem manual. O senador criticou a possibilidade de o governo entregar a área à exploração de multinacionais, e disse que os mais de 400 mil garimpeiros do País estão em completo estado de abandono, aguardando que se cumpram as normas constitucionais que os protegem.

Palmeira pede solução para o Proálcool

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) dirigiu apelo ao ministro Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo, para que adote medidas visando a promover a reformulação e a consolidação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que, conforme afirmou, "requer uma firme, pronta e inadiável decisão do governo". O senador defendeu a imediata inclusão do programa na pauta política e na agenda econômica do País.

- Não podemos calar nem compactuar com essa conspiração do silêncio que está levando à míngua um programa da importância do Proálcool, de cuja relevância ninguém ousa discordar - disse.



Palmeira

O senador observou que, "se são 800 mil ou 1 milhão de empregos que estão em jogo, não se trata de uma simples questão aritmética. É algo muito mais importante, pois são milhares de vidas que dependem da continuidade do Proálcool para sobreviver".

O senador destacou que é toda uma cadeia econômica que precisa ser preservada, "se é que damos ao emprego o valor que ele tem num país que começa a sofrer as dores das terríveis consequências de sua eliminação. O álcool já não é uma simples questão de preço mas, sim, de viabilidade econômica, de racionalidade social, e um imperativo nacional nas atuais condições".



Gilberto Miranda



José Roberto Arruda

Novo código de trânsito é aprovado pela comissão

Projeto prevê três tipos de pena para os infratores: detenção, prestação de serviços à comunidade e indenização às vítimas

A comissão especial que examinou o projeto de Código de Trânsito Brasileiro aprovou ontem o substitutivo do relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), e duas emendas do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O texto receberá agora sua redação final, será submetido ao plenário do Senado e, se mantidas as alterações feitas pela comissão, voltará ao exame da Câmara dos Deputados. O presidente da comissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG), acredita que até o fim deste ano o País terá um novo código de trânsito.

O projeto aprovado pelos senadores prevê, para os responsáveis por crimes de trânsito, penas de distintas naturezas - desde as privativas de liberdade (detenção), até as de prestação de serviços à comunidade e as multas reparatórias (o infrator fica obrigado a indenizar a vítima ou seus familiares). Além disso, fixa em 110 km/h o limite máximo de velocidade.

O texto tem várias normas sobre a educação de trânsito, como, por exemplo, a introdução da disciplina Segurança e Educação do Trânsito nos currículos da pré-escola e dos 1º, 2º e 3º graus. Inclui também regras sobre segurança dos veículos, como a obrigatoriedade de utilização do *air-bag*, do cinto de segurança e de equipamentos de primeiros socorros em todos os veículos, nacionais e importados, e do uso

de campanha e sinalização noturna para as bicicletas. Também são estabelecidas várias exigências para o registro de veí-

culos destinados ao transporte escolar.

De acordo com o que foi aprovado pela comissão, o motorista fica proibido de usar telefone celular ou fone de ouvido enquanto estiver dirigindo. Em relação ao consumo de álcool, o texto estabelece que o motorista não poderá ter mais do que seis decigramas de álcool por litro de sangue, sob pena de pu-

nição.

O projeto de novo código de trânsito garante a todo cidadão o direito de recorrer aos órgãos públicos de trânsito para solicitar sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança. E obriga o Ministério da Saúde a promover campanhas nacionais de esclarecimento público sobre a prestação de primeiros socorros nos acidentes de trânsito.

Ainda segundo a proposição, o candidato a motorista receberá uma permissão para dirigir, com validade de um ano. Terminado esse prazo, terá direito à carteira de habilitação se não tiver cometido infração grave. Caso contrário, terá de reiniciar todo o processo de habilitação.

Uma das emendas de Arruda prevê que os órgãos de trânsito promoverão, dentro de sua estrutura organizacional, ou mediante convênio, o funcionamento de escolas públicas de trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo Contran. A outra emenda considera que as competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal pelo Departamento de Trânsito.

Motorista só poderá ter seis decigramas de álcool por litro de sangue

Francelino espera que plenário vote o código no mês que vem

Presidente da comissão especial lembra que legislação é de 1966 e projeto já foi exaustivamente debatido no Congresso Nacional

O presidente da comissão especial formada para elaborar o Código de Trânsito Brasileiro, senador Francelino Pereira (PFL-MG), manifestou ontem sua expectativa de que a matéria seja apreciada pelo plenário do Senado no próximo mês. Ele espera que, caso o presidente da República faça a convocação extraordinária do Congresso Nacional, o código seja incluído na pauta de votações.

Como informou Francelino Pereira, a comissão votou ontem de manhã, com modificações, o substitutivo do senador



Francelino Pereira

Gilberto Miranda (PMDB-AM). Na próxima semana o projeto de Código de Trânsito Brasileiro será encaminhado à Mesa do Senado, segundo Francelino.

O senador lembrou que o código em vigor data de 1966, e destacou que o projeto de novo código está no Congresso há cinco anos. Nesse período, disse o senador, houve cerca de cem mil acidentes e muitas mortes.

- Se o código tivesse sido votado com maior antecedência, teríamos evitado certas infrações - disse Francelino Pereira. Ele ressaltou, entretanto, que a matéria é muito complexa, exigiu várias audiências públicas, um estudo de toda a legislação brasileira e o conhecimento das normas de outros países.

Ignácio não aceita cobrança para inativos

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que a medida provisória que institui a contribuição social obrigatória para servidores inativos fere todos os princípios constitucionais "e não pode, em hipótese alguma, receber guarida do Congresso Nacional".

- Admito que algo precisa ser feito para se soerguer a Previdência Social, mas não às custas da penalização do contribuinte que honrou todos os seus compromissos perante a Nação e que, repentinamente, se vê esbulhado em seus direitos. Não posso deixar de manifestar a minha estupefação pela discriminação imposta à classe dos servidores públicos - disse.



Ignácio

Segundo José Ignácio, "é anárquico e inconcebível que o governo patrocine uma campanha de descrédito contra a sua força de trabalho, apresentando os servidores como privilegiados à espera da guilhotina do povo". Acrescentou que, com a escolha dos inativos como "cobaias dessa malfadada experiência tributária", o governo deixou a impressão de que os considera "parasitas ou assaltantes em potencial do Erário".

Destacando que deseja evitar que Fernando Henrique Cardoso cometa um "gravíssimo equívoco" na administração do relacionamento entre o Estado e o cidadão, o senador capixaba disse ser "evidente que o presidente da República foi mal assessorado quando enviou esse monstrego jurídico para o Congresso Nacional, pois essa medida provisória está eivada de vícios jurídicos, constitucionais e éticos".

Rigor contra os infratores

O substitutivo ao projeto de Código de Trânsito Brasileiro estabelece pena privativa de liberdade nos seguintes casos, entre outros:

a) praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: detenção de dois a cinco anos e suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo. A pena será aumentada de um terço se o motorista não tiver carteira, atropelar na faixa de pedestre ou na calçada, deixar de prestar socorro à vítima ou quando sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros;

b) vender, fornecer ou

servir bebidas alcoólicas a quem saiba estar dirigindo ou prestes a fazê-lo: detenção de três meses a um ano, ou multa;

c) participar de racha: detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor;

d) entregar o carro a pessoa não habilitada: detenção de seis meses a dois anos, ou multa;

e) trafegar em alta velocidade na proximidade de escolas, hospitais, pontos de ônibus, desfiles e outros locais de concentração humana: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa;

f) exigir ou admitir, na qualidade de proprietário de

veículo ou responsável por empresa de transporte, jornada de trabalho do motorista acima da permitida pela legislação: detenção de seis meses a um ano, ou multa.

O projeto prevê multas para diferentes infrações, com uma graduação: gravíssima (180 Ufirs ou R\$ 149,17), grave (120 Ufirs ou R\$ 99,44), média (80 Ufirs ou R\$ 66,30) ou leve (50 Ufirs ou R\$ 41,44). Há uma contagem de ponto para as infrações: a gravíssima vale 7 pontos; a grave, 5; a média, 4; e a leve, 3. Se um infrator fizer 20 pontos em 12 meses, recebe uma multa adicional de 1.000 Ufirs ou R\$ 827,80.

Amin requer balanço de financiamento externo concedido pela União desde 93

Segundo senador, as informações encaminhadas ao Senado até agora são insuficientes para um acompanhamento efetivo



José Alves

José Alves não se conforma com imagem do País

O senador José Alves (PFL-SE) afirmou ontem que a sociedade brasileira já não pode aceitar uma imagem de país tolerante com a miséria, a violência, a criminalidade, o extermínio, a exploração de menores, chacina de trabalhadores, tráfico de drogas e de armas pesadas, sob a chancela da corrupção e da impunidade.

José Alves defendeu um maior apoio para que as instituições oficiais, entre elas a Polícia Federal, possam se aparelhar e se organizar no combate à criminalidade, que a cada dia se torna mais especializada e sofisticada. Segundo o senador, os cidadãos estão se armando por iniciativa própria, para garantir sua sobrevivência e de seus familiares, e não se podem prever as consequências dessa reação popular.

Para o senador, é preciso erradicar do Brasil a sensação de impunidade, que já extrapola as fronteiras nacionais, de indiferença diante da concentração desumana da riqueza e do rigor complacente do sigilo bancário e fiscal, que protege e acoberta o dinheiro escuso e as negociatas que envergonham e empobrecem o País.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ontem que a Mesa do Senado encaminhe requerimento ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando informações sobre o valor de todos os financiamentos externos concedidos pela União, nos termos da Resolução nº 50, de 16 de junho de 1993, vinculados ou não à exportação de bens e serviços brasileiros, no período de 1993 a março de 1996.

O senador explicou que a Resolução nº 50 disciplinou as operações de financiamentos externos realizadas com recursos orçamentários da União, estipulando toda uma série de exigências e limites a serem observados por essas operações finan-



Esperidião Amin

ceiras. No entanto, segundo o senador, "as informações encaminhadas ao Senado Federal à luz dessa resolução vêm-se mostrando insuficientes para que esse acompanhamento se faça de forma efetiva".

Esperidião Amin lembrou que a resolução defi-

niu, ainda, uma sistemática de prestações trimestrais de informações, por parte do Executivo, de forma a tornar possível o acompanhamento pelo Legislativo dos programas e projetos levados a efeito nessa área.

- O Senado não dispõe de informações que lhe permitam avaliar adequadamente a eficiência na utilização dos recursos públicos no financiamento e na promoção das exportações brasileiras de bens de serviço. E, em consequência, não tem conhecimento de seus impactos a nível de finanças públicas e da própria dinamização das exportações e dos setores econômicos envolvidos - afirmou o senador.



CRE APROVA BORNHAUSEN PARA EMBAIXADOR EM PORTUGAL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (foto), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem, por unanimidade, após sabatina em reunião secreta, a indicação do ex-senador Jorge Konder Bornhausen para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Portugal. A decisão será agora encaminhada à

apreciação do plenário do Senado.

Jorge Bornhausen é, segundo o parecer do relator, senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), "um homem público de notória, fecunda e intensa atividade política e profissional", tendo sido governador de Santa Catarina entre os anos de 1979 e 1982, e eleito senador de 1983 a 1991.

Prefeitura do Rio pode lançar títulos no mercado externo

Senado autoriza lançamento de US\$ 150 milhões em títulos com juros fixos de 10,12 por cento ao ano, em operação inédita

O plenário do Senado autorizou ontem a prefeitura do Rio de Janeiro a trocar parte de sua dívida no mercado brasileiro por dívida no mercado externo, onde os juros são mais baixos. Trata-se de uma operação inédita envolvendo prefeituras e o objetivo é reduzir a dívida mobiliária do município. Serão lançados no mercado internacional US\$ 150 milhões em títulos (Fixed Rate Notes), com juros fixos de 10,125% ao ano, e resgate em três anos.

Em outra resolução, o Senado autorizou o estado de São Paulo a rolar 98% de sua dívida no mercado mobiliário que vence neste primeiro semestre. Já o Rio Grande do Sul obteve permissão para ro-

lar 100% de sua dívida que vencerá no segundo semestre. Santa Catarina também recebeu autorização para dar garantias à União por um empréstimo de R\$ 20 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a ser usado em programa de fortalecimento da agricultura familiar.

Por sua vez, a prefeitura de Guarulhos (SP) poderá oficializar uma operação de lançamento de títulos no mercado. Os senadores aprovaram ainda projeto, de autoria do então senador Marco Maciel, que disciplina a profissão de Técnico em Turismo, de nível superior. Quem estiver há cinco anos trabalhando na profissão pode obter o registro profissional sem frequentar

faculdade. Outro projeto aprovado cria área de livre comércio em Cabedelo, na Paraíba. A proposta foi apresentada pelos três senadores da Paraíba - Humberto Lucena, Ney Suassuna e Ronaldo Cunha Lima.

Projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que regulamenta o uso do português na denominação de empresas e serviços será examinado pela CAE, conforme decidiu o plenário, ao apoiar requerimento de José Eduardo Dutra (PT-SE). O projeto teve parecer contrário do relator na CCI. Manifestaram-se em plenário contra a proposta Artur da Távola (PSDB-RJ), José Fogaça (PMDB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM).



Sebastião Rocha

Rocha: conselhos de saúde são manipulados

Os conselhos municipais e estaduais de saúde não têm responsabilidade alguma nas fraudes e maus-tratos praticados na rede conveniada do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo afirmou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Ele observou que cabe aos conselhos acompanhar e fiscalizar o SUS, mas, na prática, eles não têm autonomia.

- Os conselhos são manipulados por prefeitos e governadores - disse o senador.

RÚSSIA

Sebastião Rocha registrou ter sido convidado, por fração do Partido Comunista russo, a acompanhar as eleições daquele país como observador internacional, no próximo dia 16. Ele disse que, por falta de condições financeiras, não atenderá ao convite. Em aparte, Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que também foi convidada, mas não irá pelo mesmo motivo.

O presidente do Senado, José Sarney, esclareceu que as viagens de senadores ao exterior, com ônus para a instituição, são apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O convite recebido, afirmou Sarney, foi do Parlamento da Rússia e sem designar nome. A CRE considerou útil a presença de representação, a mínima possível, e coube ao partido majoritário, o PMDB, fazer a indicação. Ainda ontem, o plenário aprovou o nome do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para acompanhar as eleições na Rússia.

Benedita defende participação da sociedade nos meios de comunicação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem, com base em dossiê do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que o Congresso Nacional adote um modelo de interesse público para os meios de comunicação, pois, segundo disse, a questão se transformou num "caos jurídico".

- O dossiê mostra que o governo federal descumpra as leis, exclui a participação da sociedade, não abre espaço para o debate e atua em benefício dos oligopólios da área das comunicações. Mas os fatos registrados pelo documento também demonstram a responsabilidade do Legislativo e do Judiciário na alimentação dessa lei da selva em que se transformaram as comunicações no



Benedita da Silva

País - afirmou Benedita.

A senadora citou denúncia de que foram dadas permissões para exploração de serviço de TV por assinatura, via satélite, como se houvesse regulamentação legal do seu uso, o que, observou, ainda não existe.

Benedita da Silva disse ainda que, apesar de estar sendo

discutida a regulamentação de rádios comunitárias, o Ministério das Comunicações mandou fechar emissoras e apreender os equipamentos, além de processar criminalmente os responsáveis.

- As rádios comunitárias, efetivamente, estão prestando serviço da maior relevância às comunidades carentes, que nunca tiveram acesso a qualquer direito de expressão. É preciso regulamentar esse tipo de comunicação democrática sob o controle da sociedade - frisou. Benedita da Silva anunciou que vai apresentar projeto de lei visando regulamentar a participação popular no processo de aquisição e uso dos meios de comunicação.

Renda mínima tem consenso, diz Suplicy

Autor do projeto em apreciação pela Câmara, senador o considera apartidário e informa que já está sendo debatido em 59 cidades e em 12 assembleias legislativas

Senado participa em Salvador de feira de livro

O estande do Senado Federal está sendo a grande novidade da Feira do Livro de Salvador, que se realiza até domingo, dia 18. Durante a inauguração, no dia 11, o estande foi visitado pelo governador da Bahia, Paulo Souto, e pelos secretários estaduais do Turismo e da Cultura.

No último fim de semana, o Senado também esteve presente no Congresso de Informática realizado no Hotel Othon da capital baiana, onde foram comercializados o CD-ROM com a legislação brasileira e um disquete contendo a Constituição em hipertexto.

Um motivo de atração, para os visitantes da Feira do Livro, são folhetos com as letras dos hinos Nacional e da Bandeira, impressos por sugestão do primeiro secretário da Mesa, senador Odacir Soares (PFL-RO). Além deles, o estande também distribuiu uma pasta para acondicionar o material de interesse dos visitantes, como folders sobre as atividades legislativas do Senado, produzidos pela Secretaria de Relações Públicas.



Sarney ouve reivindicações da indústria ferroviária

Frente Metro-Ferrovária busca apoio de Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem representantes da Frente Parlamentar Metro-Ferrovária que foram pedir seu apoio contra a intenção dos governos do Rio de Janeiro e de São Paulo de importar trens usados da Europa visando aumentar suas frotas de metrô, por meio de empréstimos que teriam que passar pelo Congresso.

A atitude poderia esvaziar a indústria ferroviária nacional e gerar mais desemprego, segundo o porta-voz do grupo, deputado Cunha Lima, que esteve acompanhado do diretor-superintendente da Mafersa S.A., José Gustavo de Carvalho, e do diretor do Sindicato das Indústrias Ferroviárias, Waldir Luís Batista. De acordo com um manifesto dos representantes da frente, a indústria brasileira está apta a colaborar com os governos estaduais na recuperação, modernização e fabricação de no-

vos trens para a melhoria dos transportes públicos no País.

Sarney, que é o patrono da Frente Parlamentar Metro-Ferrovária, manifestou sua preocupação com o possível declínio do setor, assinalando, inclusive, que sua filha e governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e o governador de Goiás, Maguito Vilela, acabam de retornar dos Estados Unidos onde foram buscar recursos do Banco Mundial para concluir a maior parte da Ferrovia Norte-Sul. Ela foi iniciada na vigência do seu mandato de presidente da República como alternativa de transporte no Brasil, cuja malha rodoviária consome hoje uma grande quantidade de recursos do Tesouro, conforme assinalou.

José Sarney recebeu ainda, pela manhã, o presidente do Instituto Milton Campos, ex-senador Jarbas Passarinho, que lhe fez uma visita de cortesia.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o programa de renda mínima tornou-se uma questão suprapartidária, ao destacar o parecer favorável à proposta, de autoria do deputado Germano Rigotto, que, segundo o senador, será votado nos próximos dias na Comissão de Finanças. Suplicy elogiou, também, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que acatou emenda na LDO propondo a adoção do programa a partir de 1996. Se for aprovado pela Câmara, o programa já terá recursos assegurados para o ano de 97, observa Suplicy.

O senador informou que o programa de renda mínima, proposto por ele através de projeto de lei, está sendo debatido em 12 assembleias legislativas e em 59 cidades, em outras já foi aprovado e em algumas está sendo executado.

Em aparte, o senador Espiridiano Amin (PPB-SC) disse que "não vê outro caminho para a política social que não tenha como eixo o programa de renda mínima".

O senador Eduardo Suplicy informou, ainda, que esteve com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para discutir o conflito ocorrido terça-feira (dia 11), no município de Santa Luzia, no Maranhão, entre trabalhadores sem-terra e os responsáveis por uma fazenda, no qual pelo menos quatro pessoas morreram.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Heival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade
■ Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal